



Audição na Assembleia da República

13/12/2010

Alargamento dos horários das Grandes Superfícies

1. Questionamos se o comércio em geral (salvo algumas exceções) não deveria estar todo encerrado ao Domingo, como acontece em praticamente toda a Europa
2. Porque é que o actual regime que beneficia claramente as GS é penalizador para o sector e também para o país?
 - a. Mercado está estagnado - uns crescem outros regridem
 - b. O crescimento das vendas nas GS está directamente relacionado com o aumento das importações - ao contrário do que acontece no comércio tradicional
 - c. A criação de cartões de crédito das marcas, aumenta o endividamento das famílias.
 - d. Os níveis de concentração do sector, principalmente no comércio alimentar, traduzem-se na redução das escolhas do consumidor e na criação de monopólios
3. A nível do emprego
 - a. Criação de postos de trabalho é um mito - os níveis de desemprego não encontram paralelo nos últimos anos. O nº de desempregados no comércio é cerca de 13% - como tal superior a média do país.
 - b. Os contratos colectivos de trabalho que regulam a actividade comercial nas GS, não é igual ao que vigora no pequeno comércio - flexibilização dos horários
 - c. Os próprios sindicatos têm posições diferentes quando negociam com a APED, e quando negociam com as Associações que representam comércio tradicional
4. A previsão constante no diploma, que permite as Câmaras restringir ou alargar os horários de funcionamento é uma utopia, nenhum município tem condições para aplicar essa restrição invocando razões de segurança ou de protecção da qualidade de vida dos cidadãos.
5. Em último recurso entendemos que essas aberturas deveriam ser oneradas com taxas que possam vir a ser aplicadas em benefício dos Centros Históricos - Essa decisão tem que partir do Governo

Papel das Autarquias Locais

1. As Autarquias são responsáveis por terem permitido, e em alguns casos continuar a permitir, a instalação sem qualquer planeamento, de grandes e médias superfícies, por vezes com contrapartidas sem qualquer expressão. Ex: Rotundas, pequenos arruamentos, etc.
2. No que respeita às GS, as Autarquias são muitas vezes iludidas com a possibilidade de vir a arrecadar impostos, contudo algumas acabam por colocar o património em Fundos Imobiliários, e estes estão isentos de IMI
3. Em contrapartida as exigências para o licenciamento de um pequeno estabelecimento são **infundáveis**
4. O nível das taxas municipais actualmente praticadas é a prova da falta de sensibilidade das Autarquias aos problemas com que se defrontam as empresas do comércio e serviços
5. Deveriam de existir regulamentos que permitissem as Autarquias limitar, não só o licenciamento de GS, como também de estabelecimentos de comércio tradicional nas zonas históricas de forma a evitar a saturação de certas actividades.
6. Um dos papéis principais das Autarquias é o de criar políticas orientadas para a revitalização dos centros urbanos, com uma visão global e de planeamento das actividades comerciais de forma a existir uma oferta comercial e de serviços diversificada.
7. Aspectos como os da mobilidade, estacionamento, segurança, qualidade e limpeza da via pública, são muitas vezes ignorados pelas Autarquias.
8. Lei das Renditas - Fim dos Trespases - Preço do Imobiliário - São factores impeditivos para o desenvolvimento da actividade comercial nos Centros Históricos.

Comércio Electrónico

1. Com base em estatísticas conhecidas, sabe-se que Portugal está a frente dos seus congéneres europeus, na utilização dos meios electrónicos ao nível dos negócios
2. Numa óptica das micro e pequenas empresas, ainda existem alguns condicionalismos de fundo:
 - a. A geração mais antiga, oferece alguma resistência a esta forma de fazer negócios
 - b. Em contrapartida, a nova geração rapidamente se tem apercebido das vantagens do comércio electrónico.
 - c. A implementação deste tipo de comércio tem custos iniciais elevados, o que se torna por vezes um impedimento
3. As redes sociais, nomeadamente o "facebook" tem sido uma alternativa económica ao comércio electrónico tradicional, numa dimensão quase caseira
4. Uma linha de crédito do governo, especifica para as micro e pequenas empresas que queiram investir nesta área, poderia ser um importante "input" para um desenvolvimento sustentado do comércio electrónico
5. É **expectável** que a curto prazo venhamos a assistir à incorporação do comércio electrónico na **actividade** comercial da maioria das empresas, passando este a fazer parte da sua estratégia comercial.